

ISSN - 0103-071X

Atualidades em Educação



Instituto de
Pesquisas e
Administração da
Educação

ANO 29 - 143 julho / agosto 2011

ISSN 0130 -071x

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

INDICE

Editorial	5
Educação Superior Brasileira e Crise Mundial <i>Ronaldo Mota</i>	6
Conhecimento, Pesquisa e Educação: as condições para o desenvolvimento <i>Sérgio Paulo Muniz Costa</i>	9
Cotas nas universidades públicas: um debate necessário <i>Alúzio Belisário</i>	17
Educação como elemento essencial para o desenvolvimento <i>João Roberto Moreira Alves</i>	19
Educação em Foco	21
Normas para publicação em Atualidades em Educação	24

Perfil Institucional

O Instituto de Pesquisas e Administração da Educação é uma organização social de iniciativa privada que tem como objetivo o desenvolvimento da qualidade da educação. Atua nas áreas de Administração da Educação, Informações Educacionais, Direito Educacional, Tecnologia em Educação, Educação a Distância e Pesquisas Educacionais.

Atualidades em Educação

- Publicação do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação registrada no Cartório do registro Civil das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro sob o nº 3071, Livro A 04, em 10 de outubro de 1989
- Exemplares arquivados na Biblioteca Nacional de acordo com Lei nº 10.944, de 14 de dezembro de 2004 (Lei do Depósito Legal).
- ISSN (International Standard Serial Number) nº 0103-071X conforme registro no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT (Centro Brasileiro do ISSN), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia.
- Editora do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação cadastrada no ISBN (International Standard Book Number) sob o nº 85927 conforme registro na Biblioteca Nacional.
- Permitida a reprodução e disseminação, desde que citada a fonte.

Editor Responsável - João Roberto Moreira Alves

Consultores: Achilles Moreira Alves Filho; Agostinho Bacha Rizzo; Alexandre Domene Kuaik; Augusta Isabel Junqueira Fagundes; Aurora Eugênia de Souza Carvalho; Bruno Lannes Aguiar Pacheco; Cayo Vinicius Honorato da Silva; Cleiton Evandro Corrêa Pimentel; Cristiano George Campos Heinzl; Dalton da Silva e Souza; Danilo Figueira Gonçalves; Daruiz Castellani; Eduardo Desiderati Alves; Heloisa Teixeira Argento; Heraldo Pereira Duarte; Joice Raddatz; José Alexandrino Neto; Juan Marcos A. Yañez; Luciano Santos da Silva; Luis Felipe Camêlo de Freitas; Luiz Kelly Martins dos Santos; Marcia Romana de Oliveira Grassi; Marinaldo Baia Corrêa; Silvalde de Souza Martins da Silva; Mathias Gonzalez de Souza; Mônica Ferreira de Melo; Neuza Maria Thomaz; Ney Stival; Roberto Desiderati Alves; Roger Bédard; Sergio Henrique de Alcântara; Silvia Maria Pinheiro Bonini Pereira; Simone Marie Itoh de Medeiros Teresa da Silva Rosa; e Wagner Digenova Ramos.

Edição e Administração

Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

Av. Rio Branco, 156 - Conjunto 1.926 - CEP 20040-901 -Rio de Janeiro - RJ - Brasil

<http://www.ipae.com.br> e-mail:ipae@ipae.com.br

FICHA CATALOGRÁFICA

Atualidades em Educação
- Nº 1 (jul. 1983). - Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e
Administração da Educação - N.1 ; 29.5 cm - Bimestral
Publicação do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação.
1. Educação - periódico I. Instituto de Pesquisas e Administração
da Educação. CDU37.312(05)

Editorial

A revista *Atualidades em Educação* iniciou sua circulação em julho de 1983 e sempre teve por objetivo editar artigos e realizar análises sobre temas atuais aplicáveis à educação.

Referido periódico se soma a um conjunto de trabalhos publicados pelo Instituto de Pesquisas e Administração da Educação e representa um importante suporte ao Sistema Integrado de Informações Educacionais, que é mantido pela entidade.

Numa primeira fase seus números eram impressos e remetidos na forma convencional, pelos correios. Em função dos avanços tecnológicos foi possível transformá-la em virtual e, com isso, permitir que educadores e demais pessoas interessadas em conhecer os sistemas de aprendizagem pudessem acessá-la de qualquer parte do mundo.

Atualmente a página eletrônica do IPAE, onde a revista está inserida, é visitada por milhares de pessoas de mais de 150 países, nos cinco continentes.

É um veículo de comunicação que alterna trabalhos científicos e informações gerais sobre a educação.

A partir da edição de julho/agosto de 2011 passa a ter um novo formato, mais moderno e com acessibilidade pelos "tablets" e similares.

Um dos fatores que merece registro é que, ao longo de suas quase três décadas, nunca existiu interrupção. Esse é um fato raro nas revistas educacionais que, infelizmente, por diversas razões, têm frequentes paralisações.

Por fim outra decisão importante: o acesso passa a ser gratuito. O IPAE acaba de aderir ao movimento mundial de manter publicações abertas. Esse sistema, iniciado recentemente na Europa, tem sido seguido, ainda, por poucas nações.

Queremos agradecer a todos os colaboradores da *Atualidades em Educação* que, no passado e no presente, sempre envidaram os melhores esforços para que existisse o desenvolvimento da qualidade da educação.

() João Roberto Moreira Alves*

Educação Superior brasileira e crise Mundial

Ronaldo Mota (*)

Resumo: O artigo aborda uma visão internacional da educação, com análise comparativa de cenários distintos que se apresentam num mundo moderno e contextualizado. Analisa aspectos pontuais da educação presencial e a distância com base em dados do censo do ensino superior.

Palavras chave: Educação superior; internacionalização da educação

Crise é a benção que pode ocorrer com as pessoas e países, porque traz progressos. A criatividade nasce da angústia, como o dia nasce da noite. É na crise que nascem invenções, descobrimentos e as grandes estratégias. Quem supera a crise, supera a si mesmo sem ficar superado. Sem crise não há desafios, sem desafios, a vida é uma rotina. Sem crise não há méritos. É na crise que se aflora o melhor de cada um. Falar de crise é promovê-la. Acabemos com a única crise realmente ameaçadora, que é a tragédia de não querer lutar para superá-la “. (Albert Einstein)”.

A educação superior e suas instituições de ensino se caracterizam, sobretudo, por serem complexas e diversificadas. Da mesma forma, a crise atual está longe de ser de simples compreensão.

A crise financeira em curso pode engendrar ou não uma crise econômica global, com maior ou menor relevância, durando um tempo mais breve ou mais duradouro.

Todas as instituições de ensino superior podem ser imediatamente afetadas. Tanto as públicas por novos arranjos nos orçamentos, que demandam ações das áreas de planejamento público, bem como as do setor privado, à medida que restrições de crédito e alterações de perfis das camadas sociais de sua clientela são elementos que impactam nas suas perspectivas para os anos vindouros.

De acordo com o Censo INEP/2007, coleta envolvendo 2.281 instituições, é registrado que, quanto à categoria administrativa, do total de instituições pesquisadas, 2.032 (correspondendo a 89%) são do setor privado e 249 (11%) são de natureza pública. No setor privado, mais de três quartos são particulares e as demais (em torno de ¼) são comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

São 23.488 cursos de graduação presencial, 3.702 de educação tecnológica e 408 na modalidade educação a distância. O número total de matrículas resultou 5.250.147, sendo 4.880.381 na graduação presencial, 369.766 em graduação a distância e 347.857 em graduação tecnológica.

O crescimento destacável na modalidade a distância reflete as políticas aplicadas com sucesso nos anos recentes. A modalidade a distância que representava 1% das matrículas em 2004, agora já são expressivos 7% e crescendo a passos acelerados.

Dos 4.880.381 estudantes presenciais, 1.240.968 estudam em instituições públicas (615.542 em federais, 482.814 em estaduais e 142.612 em municipais) e 3.639.413 em instituições privadas, correspondendo a respectivamente a 25,4% e 74,6%. Quanto à

organização acadêmica, do total de estudantes, 2.644.187 (54%) estudam em universidades, 680.938 (14%) em centros universitários e 1.555.256 (32%) em faculdades.

Em termos de matrículas globais na graduação, envolvendo as duas modalidades, a taxa de escolaridade bruta (% de matrículas comparadas com a população jovem entre 18 a 24 anos) ultrapassou 20%, sendo a taxa líquida (considerando somente matrículas de jovens) ficou em pouco mais de 12%. Números muito distantes do previsto (30%) no Plano Nacional de Educação para o final desta década.

Uma interessante observação desses números é que mais de 40% de nossos estudantes universitários têm 25 anos ou mais. Em geral, tem emprego, são casados, tem filhos e oriundos de famílias de classe média, predominantemente baixa.

Dados do questionário sócio-econômico preenchido pelos estudantes realizando os ENADEs 2005-2006 mostram que uma importante modificação acerca dos meios de comunicação preferidos pelos concluintes. Enquanto a internet em 2002 era a opção de menos de 10%, em 2006 assim responderam 42%. Neste ritmo, não resta dúvida que encerraremos a década tendo a internet como principal meio de informação.

Esses dados todos conduzem à necessidade cada vez maior de abordagens andragógicas, entendidas como estímulo às novas metodologias e a busca por abordagens inovadoras.

Há que se notar que o principal público que nos últimos anos estava, de forma diferenciada, começando a procurar com mais intensidade o ensino superior era aquele proveniente das classes C e D. Isso é verdadeiro tanto no setor público em expansão, notadamente as universidades federais, como no setor privado.

Entender como a crise implicará em novos contornos não é tarefa simples, ainda que necessária. Dois elementos são cruciais: 1.possível aumento do desemprego e maior competitividade pelos postos de trabalho, bem como alterações do mundo do trabalho e 2. necessidade de agregar mais tecnologias em todos os processos, inclusive educacionais.

Acerca do primeiro, não há elementos disponíveis para uma previsão segura acerca de intensidade de desemprego adicional no Brasil, mas é certo que o ritmo de exigência de qualificação de mão de obra será intensificado, fazendo com que os que já estão trabalhando enxerguem, cada vez mais, na Educação o principal instrumento de manutenção ou obtenção de espaços no mundo do trabalho.

Sobre o segundo elemento crucial, incorporação de tecnologias inovadoras, a crise atual só fará acelerar ainda mais a competitividade em todos os setores, especialmente na formação de recursos humanos, por agregar novos conteúdos tecnológicos.

Enfim, o estudante que chega à universidade, cada vez mais, não é somente aquele jovem, quase adolescente, que recentemente completou o ensino médio e quase precocemente definiu por esta ou aquela futura profissão.

O perfil predominantemente adulto desse novo público, com suas características específicas, demanda naturalmente novas metodologias, abordagens didáticas diferenciadas que levem em conta processos ensino-aprendizagem próprios da andragogia que reconhece o *andros* (homem, em geral, no caso significando adulto, em grego), em contraposição aos métodos pedagógicos e a *paidós* (criança, em grego).

Na andragogia substitui-se o perfil do aluno tradicional pelo novo estudante. Enquanto o denominado bom aluno de antigamente estuda, especialmente, depois que o professor ensina em sala de aula, na andragogia esse modelo dá espaço a uma nova concepção, espacial e temporal, de estudante fortemente induzido a preparar-se para uma nova dinâmica de sala de aula.

Na abordagem inovadora, dos estudantes é exigido um preparo anterior à ocorrência dos momentos presenciais em sala de aula. Para tanto, além de outras inovações decorrentes,

faz-se necessário que material didático seja disponibilizado de forma apropriada e nos momentos adequados.

Nesse novo contexto, a aula expositiva muda de característica, devendo o professor saber que fala para iniciados, priorizando reforço de conceitos já preliminarmente assimilados, promovendo atividades laboratoriais/experimentais, desafiando os estudantes para um debate mais profundo e participativo.

De fato, caminhamos, de forma acelerada, em direção a uma educação flexível, onde as boas características de ambas as modalidades, presencial e a distância, poderão ser contempladas simultaneamente e de forma, muitas vezes, complementar.

Nas décadas anteriores a formação em graduação nas diversas carreiras do ensino superior consistia basicamente em dotar os futuros formandos de um conjunto razoavelmente bem definido de conhecimentos específicos próprios de cada profissão.

Além disso, na visão anterior, priorizava-se o desempenho individual, nas abordagens contemporâneas o trabalho em grupo ocupa espaço preferencial, estimulando trabalhar em equipe e o desenvolvimento coletivo.

O espaço de aprendizagem tipicamente delimitado pela escola espalha-se pelo não-espaço que contempla o ambiente doméstico, incluindo o do trabalho e o caminho de um para outro. De fato, estamos diante de um novo paradigma espaço-temporal, sem limites de qualquer natureza, nem no tempo como no espaço. Assim, sem prejuízo das especificidades do ambiente escolar, o ensino rompe barreiras e não aceita fronteiras, incorporando todos os possíveis e imagináveis nichos e a todos podemos proclamar espaços e tempos de aprendizagem.

O universo da andragogia, da educação permanente ao longo da vida, a inundação da aprendizagem ocupando a todos os possíveis espaços e a concepção de que todos seremos estudantes para sempre estão em perfeita coerência com a predição de Albert Einstein que um dia ousou definir que Educação é aquilo que fica quando esquecemos o que nos foi ensinado.

() Professor Titular de Física da UFSM, Pesquisador do CNPq e Assessor Especial do Ministro no MCT. Foi Secretário da Educação Superior e Secretário de Educação a Distância do MEC.*

Conhecimento, Pesquisa e Educação: as condições para o desenvolvimento

Sérgio Paulo Muniz Costa (*)

Resumo *Existem várias explicações para o grau de desenvolvimento econômico, social e político de uma determinada sociedade, porém o conhecimento será sempre uma das condições necessárias e obrigatórias para uma nação conhecer a si própria, estabelecer instituições sólidas e confiáveis, gerar riqueza e promover equanimidade. Frequentemente tomam-se como áreas de aplicação do conhecimento apenas aquelas vinculadas à ciência e tecnologia ou à pesquisa e desenvolvimento tecnológicos. É preciso ampliar a percepção do campo do conhecimento, pois ele se aplica a todas as formas de ação política, econômica e social.*

O conhecimento pode ser produzido, aplicado e desenvolvido de diferentes formas. Enquanto que nas sociedades primitivas ele surgia de forma experimental - e acidental muitas vezes - e transmitia-se pessoalmente, nas sociedades industriais, onde o grau de institucionalização é elevado, ele é criado de maneira sistemática e direcionado a metas políticas, econômicas e sociais. Apreciada em um contexto mais amplo, a produção de conhecimento afigura-se como central para o País, capaz de inspirar políticas virtuosas. O compromisso e a forma de gerá-la estão além dela mesma, situando-se no campo de ação dos tomadores de decisão e legisladores.

Há condicionantes políticas, econômicas e sociais a serem levadas em conta para a promoção de um ambiente de produção de conhecimento, porém ela está estreitamente ligada à educação, geradora dos recursos humanos que a realizarão. Quando tantos esforços se fazem hoje para melhorar a educação no País, talvez fosse útil comprometê-la com a produção e aplicação do conhecimento, despertando-lhe um sentido finalístico potencialmente mobilizador capaz de reverter expectativas gerais na sociedade brasileira.

Com o intuito de motivar e subsidiar o debate a respeito da produção de conhecimento no Brasil, o presente ensaio, a partir de uma sucinta perspectiva histórica da produção do conhecimento, apresenta considerações sobre a difusão da metodologia da pesquisa científica e propõe ações políticas, estratégicas e operacionais que a estimulem..

Palavras chave – Educação, pesquisa, desenvolvimento, conhecimento científico

1. Introdução

As críticas ao desempenho de estudantes e escolas no Brasil aparentemente têm produzido pouco resultado e muita polêmica em torno das medidas que poderiam reverter o quadro de deterioração da educação nacional. Paralelamente, evidenciam-se as carências da sociedade brasileira para o atendimento às demandas do conhecimento necessário às atividades econômicas, políticas e sociais do país. Transferências de tecnologia se frustram, a arquitetura político-partidária parece não corresponder às realidades nacionais e a adaptação de modelos sociais estranhos à cultura nacional geram conflito e desorientação. Não é preciso taxar esse diagnóstico de otimista ou pessimista, pois ele está presente no cotidiano nacional, desafiando autoridades e lideranças há décadas.

É limitada até mesmo a capacidade de o Brasil produzir conhecimento para explorar as riquezas naturais em seu vasto espaço. Não é de se esperar que um crescimento econômico acontecendo sobre resilientes bolsões de pobreza vá servir ao futuro do país. Por outro lado, almejar que o Brasil continue a ser primordialmente um grande detentor e exportador de recursos naturais é perpetuar os problemas que as nações desenvolvidas ultrapassaram desde as revoluções industriais, como misérias extensivas, conflitos agrários, degradação ambiental, inchaços urbanos e iniquidades distributivas, os já cognominados emblemas do atraso.

O paralelo entre as dificuldades da educação brasileira e a carência de conhecimento não é uma coincidência. O enlace entre educação e conhecimento acontece na pesquisa e é vital que essa tríade - educação, pesquisa e conhecimento - assuma um novo papel, definitivo, na sociedade brasileira. Há uma grande escolha a ser feita.

2. O conhecimento sob uma perspectiva histórica

O conhecimento é um dos aspectos distintivos da civilização ocidental. Toynbee distinguiu 34 civilizações, além de 6 abortadas (TOYNBEE, 1987, p. 73), que foram absorvidas por outras mais bem sucedidas ao longo de 5.500 anos de História. No entanto, foi somente no século XVIII que a civilização ocidental alcançou, por intermédio do conhecimento, o predomínio sobre as demais, graças a uma dinâmica deflagrada no primeiro milênio anterior à era cristã, na Grécia. O que se iniciou ali, a princípio movida pela especulação filosófica e prosseguiu favorecida pela derrubada dos obstáculos à expansão da religião cristã, foi uma busca ilimitada de conhecimento que segue em nossos dias sem o menor sinal de atenuação. Uma relação entre história e psique pode explicar como esse processo se deu e como continua a alimentar uma expansão até aqui infinita. Hoje, somos consumidores de conhecimento numa sociedade onde os limites entre bens, produtos e serviços se tornam cada vez mais tênues.

Existem várias definições de conhecimento. Para além do “fato, estado ou a condição de compreender” (HOUAISS, 2004, p. 180), o conhecimento acontece pela ação na dimensão social, em suas múltiplas expressões. É mais do que um saber, por que ele se aplica. É mais do que uma erudição, por ter, à exceção da filosofia, uma finalidade externa a ele mesmo. Uma definição de conhecimento segundo um enfoque industrial, tecnológico e empresarial seria:

Conhecimento é um insumo essencial porque é difícil de acessar, seja por produção ou compra. Diferentemente da informação, que é fatorial, o conhecimento é conceitual: ele envolve combinações de fatos que interagem de formas intangíveis. A informação perfeita é concebível - com suficiente tempo e dinheiro, uma empresa pode apreender todos os dados de interesse de seu negócio. Conhecimento perfeito é inconcebível porque conhecimento é específico às empresas, cuja propriedade exclusiva é ao máximo por elas mantida, visando ganhos tecnológicos. (AMSDEN, 2001, p. 3, tradução nossa)

A conceituação adotada neste ensaio entende que o conhecimento é a capacidade humana de empreender uma ação de forma específica a um agente e por ele desenvolvida através do raciocínio. Em conformidade com essa perspectiva, o conhecimento pode servir como um eixo para as atividades educacionais de uma sociedade e explicar o seu grau de desenvolvimento sócio-econômico.

Pode causar alguma perplexidade a contradição entre a sofisticação do pensamento em determinadas sociedades e a sua incapacidade de criar inventos científicos julgados essenciais na nossa modernidade industrial. A Grécia do período clássico, capaz de chegar a estágios de especulação filosóficos elevados, não inventou a máquina a vapor. Muitas realizações humanas nos campos da filosofia, da literatura, das artes plásticas e da música permanecem insuperáveis ao longo de 2.500 anos da História.

Uma leitura possível é a de que as sociedades direcionam suas melhores inteligências para resolver as grandes questões existenciais de cada era. É possível inferir que as grandes obras são insuperáveis por que a cada etapa de evolução novas criações se fazem necessárias. É possível enxergá-las como ápices de estágios de desenvolvimento social que, uma vez superados, remetem-se a outros, gerando novos desafios, e assim por diante, permanecendo a admiração, e por vezes o assombro, dos modernos em relação à genialidade dos criadores originais que marcaram a história do conhecimento. Não obstante, é com alguma frustração que se percebe nas modernas sociedades industriais a ausência de uma paidéia.

A “germinação do filosofar na Grécia com uma pureza e radicalidade superiores a tudo o que veio depois...” (MARÍAS, 2004, p. 11) é afirm a um tempo histórico único em que as questões essenciais da existência humana precisavam ser equacionadas. Sua herança medieval cumpriu o papel de completar a sua introjeção na cristandade ocidental e prepará-la para entrar em uma nova etapa de sua evolução, a da filosofia moderna e do conhecimento. As obras de Boticelli, Da Vinci, Rafael e Michelangelo aconteceram como uma manifestação do humanismo, realismo e naturalismo que caracterizaram a Renascença. Os conhecimentos de perspectiva e anatomia que lastrearam as artes plásticas nesse período e que nos deslumbram até hoje iam ao encontro de uma necessidade de conhecer a realidade, o homem em seu estado natural, uma vez ultrapassadas as questões teológicas que dominaram a Idade Média. Em outro momento, na Idade Moderna, a música atingiu com Mozart o estágio da perfeição musical válida até os dias atuais.

Portanto, não é redundante afirmar que o conhecimento é produto da especulação de cada época, estimulado pelas condições materiais, políticas, sociais e culturais. Hoje, em pleno desenvolvimento da Revolução Tecnológica, os futuros altamente prováveis estariam nos materiais inteligentes que levariam à expansão da tecnologia da informação (TI) e aos micro-sistemas integrados que, por sua vez, além de favorecerem a TI, facilitariam a manipulação genética (ANTON, SILBERGLITT e SCHNEIDER, 2001, p. 37), com toda uma gama de efeitos políticos, econômicos e sociais. A questão que se coloca nos dias atuais é que a produção de conhecimento no presente e futuro imediato não comporta limites formais entre as ciências e disciplinas. A inteligência artificial, por exemplo, como área de pesquisa da ciência da computação, vale-se da lingüística para proceder a análises e sínteses de voz.

É possível estabelecer uma correlação histórica entre as formas de raciocínio e de conhecimento. O aumento da importância da indução como forma de raciocínio se relaciona à expansão do conhecimento. A multiplicação das fronteiras do conhecimento estimulou as especulações, as suposições, os estudos exploratórios e outras formas de raciocínio não baseadas em leis gerais validadas.

Da observação dos fenômenos em geral, da identificação das suas origens e da formulação de suas leis, passou-se, a partir do século XVII, à especulação, fundada por Descartes no critério da evidência, não referida na percepção ou nos sentidos, mas na clareza e distinção das idéias, na “evidência da razão” (MARÍAS, 2004, p. 241). Surgiu a convicção de que o conhecimento só poderia

ser produzido através da razão. Descartes concebeu seu método no início do século XVII, movido por uma grande insegurança em relação aos fenômenos de sua época.

É compreensível o estado de desassossego intelectual de Descartes. A Renascença vira surgir a teoria de estado de Maquiavel, as obras de Montaigne (Essais), Thomas Moore (Utopia) e Erasmo (Elogio à Loucura), bem como as obras primas de Camões, Cervantes e Shakespeare. As Grandes Navegações, tornadas possíveis pelos novos conhecimentos cartográficos, náuticos e matemáticos, fundiram o oikoumene (TOYNBEE, 1978, p. 639), o mundo habitado, revelando novas realidades. O afluxo de metais preciosos desencadeou um aumento de preços generalizado na Europa e o capitalismo financeiro começou a deslocar os centros econômicos do mundo para os países do norte da Europa. A reforma - que havia decretado o fim da infalibilidade do Papa - e a contra-reforma degeneraram em sangrentas lutas religiosas. Em 1618, espaço, poder, riqueza e cultura deflagraram a Guerra dos Trinta Anos, a primeira guerra mundial da História, travada na Europa, nas Américas, nas Índias e nos oceanos.

O mundo se expandiu e a grande meta da filosofia no século XVII é encontrar a forma de apreendê-lo. Descartes inaugurou o racionalismo e o idealismo que iriam predominar, daí por diante, no pensamento europeu. É oportuno ressaltar também que ele se situava no que estava para se tornar o centro do mundo. No entanto, nem tudo era idealismo no pensamento europeu. Do outro lado do Canal da Mancha, o racionalismo e o idealismo continentais inspiraram a tradição inglesa do empirismo, inaugurada com Francis Bacon e que vai até David Hume. Entre esses dois personagens marcantes, pensadores como Thomas Hobbes, John Locke, George Berkeley exerceram também grande influência no pensamento europeu, defendendo que o conhecimento se baseava na experiência.

À medida que a sociedade européia se ampliava no século XVIII, cresciam as necessidades de comunicação entre grupos, de definição de funções sociais e representações de poder, repercutindo todas elas na questão do conhecimento. O raciocínio foi influenciado pela proposta sistematizante dos enciclopedistas e pelo discurso de Voltaire e Rousseau, culminando na Revolução Francesa.

O cientificismo do século XIX sistematizou o conhecimento pela epistemologia, mas não ao ponto de eclipsar completamente a filosofia. O idealismo alemão, desenvolvido em seu máximo por Kant, teve continuidade em Hegel e se desdobrou na proposta fenomenológica de Husserl que trouxe uma contribuição fundamental para o raciocínio lógico, com as noções de objetos independentes e dependentes, de concreto e indivíduo. Ele preconizou:

“referir o conceito fonte de dependência ou independência a nexos de” conteúdo “propriamente ditos, a relações de” estar contido”, “ser um” e, eventualmente, “estar em vínculo” num sentido mais próprio dessas expressões” (HUSSERL, 2006, p. 53)

Seja pela razão ou pela experiência, o conhecimento se dá através do raciocínio. As suas duas principais formas - dedutiva e indutiva - interagem dialeticamente na produção de conhecimento. Hoje, outras formas de inferência científica além da lógica são estudadas. A abdução, uma outra forma de inferência, proposta Charles Sanders Peirce (1839-1914) no bojo de sua teoria da semiótica, “afirma um caso a partir de uma regra e um resultado”, diferentemente da indução, que “infere uma regra a partir do caso e do resultado” (MARCOS e DIAS, 2005, p.2). Novas disciplinas sistematizadas a partir dos anos 70 estudam formas de inferência que não alinham sequencialmente premissas, argumentos e conclusões, não os pré-condicionando para gerar conclusões válidas.

Os avanços da lingüística e da semiologia colocam em relevo a questão da adaptação do conhecimento produzido externamente a uma sociedade e, por conseguinte, estimulam estudos comparativos e atitudes multi e transdisciplinares sobre o processo de produção do conhecimento no âmbito das comunidades educacionais e científicas. Admitindo-se que não há língua completamente

traduzível e nem conhecimento totalmente adaptável, é possível concluir que só possui conhecimento quem o produz.

Ao adotarmos uma metodologia de pesquisa científica, devemos estar conscientes da contínua expansão do conhecimento e, portanto, dos limites dessa metodologia, incapaz de abarcar teoricamente todo o conteúdo à qual ela se aplicará. Não obstante, ainda que a priori desatualizada e incompleta, uma metodologia é útil para sistematizar as operações mentais ligadas à produção de conhecimento. As considerações expostas até aqui sobre conhecimento e raciocínio têm, portanto, a finalidade de alertar o usuário de uma metodologia de pesquisa para a necessidade de não encará-la como uma teoria do conhecimento que é algo muito mais amplo. A sucinta perspectiva histórica da evolução do conhecimento desenvolvida neste tópico teve por finalidade demonstrar que os conceitos e métodos de raciocínio hoje adotados são produtos de uma longa evolução, não havendo razões para se acreditar que eles sejam definitivos ou exclusivos de uma cultura. No entanto, a expansão do conhecimento faz necessário que se mantenha atualizada discussão sobre a epistemologia do conhecimento.

3. O papel do conhecimento

A produção sistemática de conhecimento se dá por meio da pesquisa científica. Preparar as pessoas para realizar pesquisas ao longo de sua formação e vida profissional é uma atribuição da educação. Se fosse possível cunhar uma permanente pergunta de auto-avaliação do profissional ela seria: - qual é a minha contribuição à expansão do conhecimento na minha profissão?

A capacidade das pessoas contribuírem para a expansão do conhecimento independe do seu nível sócio-profissional. O que é fundamental é a difusão na sociedade de uma atitude de participação em um sistema de conhecimento cujas bases são a cultura e a língua. A tão almejada democratização do conhecimento não haverá de se dar de forma exógena, mas sim pela participação, cujas conseqüências sociais, essas sim, serão de longo alcance.

A familiaridade dos indivíduos com a pesquisa desenvolvida ao longo dos sucessivos estágios de sua vida escolar e posteriormente aplicada às suas vidas pessoais e profissionais faculta que eles absorvam com mais facilidade o conhecimento produzido nos sistemas dos quais fazem parte e, em contrapartida, habilita-os a apresentarem contribuições no seu nível intelectual e hierárquico. Essas contribuições podem ser novos conhecimentos, rejeição ou limitação criticamente fundamentada, bem como assimilação consciente, dentre outras. Entretanto, em todas as formas de contribuição ao conhecimento está presente o espírito crítico que permite ao agente receptor compreender que está diante de um conjunto de idéias que têm por finalidade resolver uma questão que é do seu interesse e sobre a qual ele tem uma determinada compreensão.

O desenvolvimento de atitudes favoráveis à pesquisa começa no ensino fundamental, quando a criança recebe os primeiros incentivos à leitura e é estimulada a se manifestar sobre o que leu. A expansão do nível de informação do aluno ao longo dos estágios seguintes vai habilitá-lo a articular melhor sua manifestação a respeito de questões que lhe são apresentadas em níveis taxonômicos cada vez mais elevados, segundo suas aptidões e possibilidades, até chegar à formulação de juízos de valor.

Esse trabalho na área afetiva é desenvolvido formalmente pelos agentes educacionais, no entanto ele terá poucas chances de prosperar se o ambiente não valorizar e premiar o conhecimento. Para tanto, seria importante desenvolver na sociedade brasileira a idéia de que, independentemente dos seus papéis de gestão e execução, cada pessoa pode contribuir para o aperfeiçoamento das atividades que lhe são afins, desde a crítica autônoma e construtiva acerca de um processo do qual faça parte, até a elaboração de um trabalho de pesquisa que apresente uma forma original de desenvolvê-lo.

Na sociedade brasileira, caracterizada por uma alta mobilidade social, é cada vez maior o número de pessoas que ascendem na cadeia hierárquica das organizações sem que tenham recebido, previa e adequadamente, a preparação educacional e profissional para isso. Elas desenvolvem suas capacidades e habilidades de forma empírica. Suas experiências e conhecimentos não se sistematizam

por que elas não dispõem, em princípio, de uma base científica que se traduza segundo um código de termos e conceitos específico às comunidades nas quais trabalham. Mesmo quando essas pessoas procuram nivelar, através de estudos suplementares, seu nível funcional ao educacional elas se deparam com obstáculos quase intransponíveis decorrentes da pouca instrumentalização com que o sistema educacional os dotou e oferece nesse louvável esforço de reinserção que cometem. Isso acontece a milhões de brasileiros. Perdem-se dessa maneira conhecimentos gerados por individualidades criativas sem que se desenvolvam na sociedade as competências coletivas que são as grandes responsáveis pelos aumentos de produtividade e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento da sociedade.

É no ensino superior que a capacidade de produzir conhecimento deve se desenvolver. Embora a quase totalidade dos egressos da universidade não vão se dedicar à pesquisa, todos eles vão integrar um sistema de conhecimento, como produtores e consumidores, sendo a consciência dessa participação o grande insumo de qualidade aos produtos e serviços que uma sociedade oferece.

Nas sociedades industrializadas o conhecimento já se instalou por meio do processo histórico como ingrediente obrigatório em qualquer atividade econômica, política ou social. Coesão social, padronização de ações simples que reduzem tempo e despesas, autonomia individual e solidariedade funcional são alguns exemplos dos resultados da consolidação de uma sociedade baseada no conhecimento. O desafio para o Brasil está na sua transmutação em uma sociedade baseada no conhecimento, superando a crise dos anos 80 que distorceu sua modernização. Na interrupção do processo de desenvolvimento do país - ocorrida justamente quando a sociedade brasileira se expandia e se modernizava - está a raiz da desorientação do sistema educacional que hoje é incapaz de fornecer quadros em qualidade e quantidade suficientes para atender às demandas nacionais.

4. Políticas, estratégias e operacionalização

Uma discussão sobre a implementação de uma nova orientação para a educação, pesquisa e conhecimento no país deve acontecer nos marcos político, estratégico e operacional. Como é sabido, uma política estabelece objetivos. As estratégias orientam como fazer, o “como” atingir os objetivos estabelecidos fixados na política. As ações operacionais fazem o processo se mover através dos caminhos estabelecidos pela estratégia até a plena consecução dos objetivos. Considerando a importância do tema para a sociedade brasileira, é fundamental estabelecer que o seu debate transcende governos, níveis da administração pública, partidos e ideologias, para se colocar como uma questão de interesse nacional, a ser encaminhada pelo Estado em nome da sociedade.

A proposta de uma política nacional que alinhe educação, pesquisa e conhecimento pode estabelecer três grandes objetivos, cada um deles específico às suas componentes principais - educação, pesquisa e conhecimento. A cada um deles corresponderiam estratégias permeantes, ou seja, próprias a cada objetivo da política, porém articuladas de forma a gerar continuidade e complementaridade que tornem irrelevantes, no nível operacional, a divisão das ações segundo tal ou qual política ou estratégia. Evidentemente, esse modelo apresentado aqui de forma simplificada e que transcende as esferas do executivo em seus distintos níveis haverá de ser gerido no estamento político que representa a vontade da sociedade brasileira.

No nível político poderiam ser discutidos, por exemplo, três grandes objetivos: 1º) orientar o processo educacional para o “aprender a aprender”; 2º) vincular a educação à produção de conhecimento; 3º) estimular a pesquisa em todas as instituições e áreas do conhecimento.

As estratégias correspondentes ao primeiro objetivo - o educacional - de tal política poderiam ser estruturadas em torno dos seguintes pontos: 1ª) valorizar a multi e transdisciplinaridade entre discentes e docentes; 2ª) aliviar os currículos (o oposto do que vem ocorrendo com o inchaço de carga horária e conflitos estéreis sobre prioridade de disciplinas); 3ª) contextualizar o aprendizado.

Ações no nível operacional como programas de leitura, redação e aplicação prática do conhecimento assimilado ou desenvolvido são exemplos de medidas que podem ser disseminadas no

ambiente educacional. De forma similar, as estratégias nas áreas de conhecimento e pesquisa conteriam os respectivos elencos de medidas de implementação.

Discute-se com essa proposta não somente uma nova forma de pensar a contribuição da educação para o desenvolvimento do país, como também novas maneiras de abordar as difíceis questões da administração do ensino em qualquer nível ou instituição. Um exemplo é a questão das disciplinas e da especialização dos professores que causa tanta polêmica e desencontros nos processos de atualização curricular.

Talvez já fosse tempo de passar a levar em consideração a composição dos currículos segundo módulos e não disciplinas, uma divisão do conhecimento que a cada dia vai ficando menos adequada à sua contínua expansão. Os módulos poderiam ser instrumentais, informacionais e de desenvolvimento, por exemplo. Os primeiros agrupariam os conhecimentos necessários para o estudante de qualquer nível ou área do conhecimento manusear os dados e informações que lhe cheguem. Os informacionais seriam aqueles destinados a manter o aluno estimulado e em condições de interagir com o ambiente social e os módulos de desenvolvimento seriam os que dotariam o estudante de condições de raciocínio e maturidade adequados ao seu contínuo desenvolvimento. Professores de Português, Filosofia e Matemática, por exemplo, interagiriam no primeiro, de Sociologia, História e Antropologia no segundo e de Lógica, Matemática e Psicologia no terceiro tipo de módulo. A vantagem de tal forma de estruturação escolar e curricular estaria no máximo aproveitamento das capacidades dos estudantes e professores, além de o sistema educacional se aproximar em seu funcionamento da realidade social econômica e política do país, onde atuam instituições complexas, empresas de variadas configurações e órgãos de pesquisa e desenvolvimento multidisciplinares.

Colocado esse ligeiro exemplo ao longo do ciclo educacional, pode-se ter aí, paralelamente ao escopo deste estudo, uma proposta a ser levada em conta na superação das dificuldades em maximizar o rendimento do escasso quadro docente no país e promover programas educacionais eficientes, eficazes e efetivos..

5. Conclusão

A presente proposta não comporta uma conclusão formal, na medida em que pode se afigurar como uma provocação intelectual destinada a estimular o debate em torno da questão do desenvolvimento do país a partir do desenvolvimento do seu povo. Neste ponto, o estudo é assertivo na única conclusão possível - não há outra via.

() Doutor em Ciências Militares, foi Chefe da Seção de Ensino de Geografia e História Militar e Coordenador da Modernização do Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras entre 1998 e 2001.*

Referências:

ANTON, P.; SILBERGLITT, R.; SCHNEIDER J. The Global Technology Revolution: Bio/Nano/Material Trends and The Synergies with Information Technology by 2015. Arlington: RAND, 2001, 70 p.

AMSDEN, A. H. The Rise of the Rest: challenges to the West from Late-Industrializing Economies. New York: Oxford University Press, 2001. 405 p.

BERTHELOT, J.M. (org.) Épistemologie des sciences sociales. Vendôme: Presses Universitaires de France, 2001. 593 p.

CEIA, C. E-Dicionário de termos literários. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/S/semiose.htm>> Acesso em: 24 out. 2008.

GROARKE, L. Lógica Informal. Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2003 winter. Disponível em <http://criticanarede.com/log_informal.html> Acesso em: 24 out. 2008.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Objetiva e Editora Moderna Ltda., 2004. 907 p.

HOLANDA, A. Questões sobre a pesquisa qualitativa e a pesquisa fenomenológica. *Análise Psicológica*, Lisboa, vol. XXIV, n. 3, p. 363-372, jul. 2006.

HUSSERL, E. Idéias para uma fenomenologia pura e para uma Filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura. Aparecida - SP: Idéias e Letras, 2006. 383 p.

MARCOS, S.T. ; DIAS, I.C. As espécies de raciocínio: dedução, indução e abdução. Artigo apresentado à disciplina Teoria Semiótica: Texto e Imagem e ao Núcleo de Estudos Avançados de Semiótica, sob a coordenação da Prof. Dra. Linda Bulik, no Programa de Pós-graduação em Comunicação (mestrado) da Universidade de Marília - Unimar. Marília, SP, 2005. 11 p.

MARÍAS, J. História da Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 589 p.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.H.; LUCIO, P.B. Metodologia de Pesquisa. 3. ed. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 2006. 578 p.

TOYNBEE, A.J. Um Estudo da História. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Martins Fontes, 1987. 592 p.

_____. A Humanidade e a Mãe-Terra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 774 p.

ZOJA, L. História da Arrogância. São Paulo: Axis Mundo Editora Ltda, 2000. 226 p.

Cotas nas universidades públicas: um debate necessário

Aluizio Belisário ()*

Resumo: O artigo aborda o tema das cotas raciais e sociais e as práticas notadas nas universidades brasileiras. Destaca as tendências dessa polêmica que envolve educadores, alunos e a sociedade em geral.

Palavra chave: Educação, cotas sociais, cotas raciais, tendências na educação

Aproveitando mais um momento de seleção nacional de estudantes para o curso superior, gostaria de trazer para o debate a questão da reserva de vagas para negros, portadores de deficiências e estudantes das escolas públicas que, a meu ver não se esgotou, particularmente pelo alto grau de intolerância (de todas as partes) que marcou estes debates nos últimos anos.

Um dos aspectos mais polêmicos diz respeito à exigência de caracterização de um “estado de carência”, como condição básica para que os candidatos possam concorrer como “cotistas”. Particularmente considero inadequada a restrição do sistema de cotas apenas aos “estudantes carentes”, em face das dificuldades operacionais e fragilidade da fixação de critérios objetivos de identificação de “estado de carência”, não apenas devido ao curto espaço de tempo para análise da “carência” declarada pelos candidatos aos vestibulares e a necessidade de recursos para tal, mas principalmente, porque:

- a defesa de cota para os portadores de deficiência se deve às suas condições particulares e não à posse ou não recursos financeiros – até porque podem tê-los e consumi-los ao limite, exatamente por suas necessidades especiais e, além disso, creio que o “portador de deficiência” que vive em estado de carência dificilmente chega até as portas da universidade;

- a defesa da cota para negros e indígenas não se faz por conta de sua condição financeira, mas sim por conta de uma dívida social e humana impagável, contraída por parte considerável de nossos ancestrais, que os escravizaram e assassinaram em massa;

- a defesa da cota para estudantes oriundos da rede escolar pública não é função de terem mais ou menos recursos financeiros, mas do entendimento de que esta é uma das formas de se buscar o fortalecimento da escola pública – ainda que seja pela atratividade que pode vir a ter para os membros de classes economicamente mais favorecidas e historicamente mais fortes no papel de críticos dos serviços públicos e assim, capazes de obter respostas mais efetivas do Estado.

É importante ressaltar que havendo exigência legal de corte econômico, muitos candidatos que se encontram próximos aos limites estabelecidos para se determinar “quem é carente ou não”, são prejudicados por não disputarem as vagas reservadas com seus, permitam-me a expressão, “iguais” e terem assim, reduzidas possibilidades de classificação concorrendo com o grupo de “não-cotistas”.

Outro aspecto polêmico é o da identificação de etnias no processo de inscrição nos vestibulares: creio que qualquer forma de identificação que não seja o reconhecimento do direito à autodeclararão de etnia pode levar à discriminação, face à inexistência de critérios objetivos e inequívocos para sua caracterização. Aqui, me posiciono radicalmente contra propostas de constituição de “Comissões de Reconhecimento” encarregadas de afirmar que seria ou não negro, por exemplo.

Com relação à possibilidade de fraude nesta situação, o que se pode dizer é que o reconhecimento do direito de autodeclararão não permite a caracterização de “fraude”, uma vez que qualquer questionamento a esta autodeclararão fere o próprio significado de direito à “autodeclararão”.

Aliás, ao longo dos debates em que participei sobre o tema pude ouvir de várias organizações sociais empenhadas historicamente na luta pela inclusão social e implantação de políticas afirmativas,

que um dos maiores objetivos destes grupos seria, exatamente, aumentar do número de pessoas que se autodeclarassem negros, o que se por um lado pode proporcionar o surgimento de alguns “oportunistas” por outro, faria com que o brasileiro “mostrasse sua cara mestiça”.

Além destas observações, é importante ainda ressaltar um aspecto veementemente defendido pela Universidade e que me parece, num certo sentido, mais importante que a reserva das vagas nos exames vestibulares – como garantir a permanência destes estudantes que ingressam na Universidade e, como garantir que esta permanência se caracterize também por uma formação de qualidade que lhe permita enfrentar o mercado de trabalho em condições de igualdade com outros estudantes universitários?

Parece-me muito mais cruel que estreitar as portas da Universidade aos estudantes carentes, oriundos da escola pública, negros, indígenas ou portadores de deficiência, abri-las de forma indiscriminada e adiante excluí-los pela falta de preparo acadêmico ou pelos poucos recursos que possuam para enfrentar inevitáveis despesas, com reprodução de material didático, aquisição de equipamentos, etc.

Se considerarmos que boa parte de nossas universidades públicas não tem restaurantes a preços populares, alojamentos e volume de livros, em suas bibliotecas em quantidade suficiente para atender à demanda destes estudantes; não contar com o apoio efetivo do Estado, através do repasse de recursos em volume adequado para fazer frente a estas necessidades, isto significa condenar ao fracasso, a médio prazo, o Sistema de Cotas, alimentando seus adversários com o discriminatório argumento de que, nem mesmo com “reserva de vagas” estes estudantes reúnem condições de se formarem.

Outro aspecto que aparentemente nada tem a ver com “permanência”, mas que, entretanto, parece-me absolutamente essencial, diria até mesmo vital, diz respeito à necessidade imperiosa do poder público investir pesadamente no sistema público de ensino fundamental e médio, garantindo aos seus estudantes uma formação de maior qualidade, que lhes permitam enfrentar, não apenas o sistema de mérito no acesso à Universidade, mas o sistema de mérito que vigora no interior das Universidades de qualquer parte do mundo, que exige condições mínimas para a progressão acadêmica.

Podemos afirmar que a questão da Reserva de Vagas nas Universidades Públicas está longe de ter uma conclusão, merecendo estudos mais aprofundados, com base não apenas em digressões intelectuais ou apaixonadas sobre o tema, mas principalmente em análise das consequências da implantação do “Sistema de Cotas” nas Universidades públicas brasileiras que já o adotaram.

O debate precisa também tratar de outros aspectos da vida universitária: é necessário que sejam revistos os cursos hoje oferecidos; o número de vagas oferecidas; que se criem novos cursos em função de novas profissões surgidas, particularmente devido ao intenso desenvolvimento científico e tecnológico; as práticas didático-pedagógicas (aí incluindo-se o enfrentamento da questão da educação à distância com mais seriedade e menos pré-conceitos); e o não menos importante, papel da Universidade na “reconstrução” de um ensino fundamental e médio de qualidade, etc.

Além disso, a sociedade deve ser mais bem informada para participar ativamente destes debates, sem os dogmas e preconceitos de uma sociedade de classes que sempre mascarou a discriminação de negros, pobres e mesmo portadores de deficiência, assumindo um papel ativo na construção democrática a partir de uma discussão das políticas afirmativas não como instrumento de práticas populistas e eleitoreiras, mas como políticas de reparação de injustiças históricas – colaborando assim, para que se possam resgatar alguns valores relativos ao exercício de uma cidadania plena.

* *Professor Adjunto da UERJ. Doutor em Educação-PROPED/UERJ, Mestre e Bacharel em Administração Pública-EBAPE/FGV.*

Educação como elemento essencial para o desenvolvimento

João Roberto Moreira Alves ()*

Resumo: A relevância da educação como fator preponderante do desenvolvimento nacional é abordado no artigo que permite uma visão nacional e seus reflexos no cenário internacional.

Palavras-chave: Educação, desenvolvimento, economia e progresso social.

O Brasil já é considerado como o país que possui a sétima economia do mundo, sendo superado apenas pelos Estados Unidos da América, China, Japão, Alemanha, França e Reino Unido.

A falta de qualidade da mão de obra e a baixa taxa de investimento são as principais limitações para o crescimento da economia brasileira.

A grande fragilidade do Brasil é a qualidade dos seus trabalhadores e esse é um problema que não se resolve a curto prazo.

É necessária a existência de políticas públicas e de maior liberdade para que as instituições de educação básica, bem como as faculdades, centros universitários e universidades, universidades corporativas e cursos livres possam cumprir o seu papel de formação e dos jovens e demais pessoas matriculadas em cursos regulares ou que participam de programas específicos de formação ou requalificação profissional.

O Poder Público normalmente restringe a definição dos projetos pedagógicos das unidades de ensino, especialmente as de nível técnico e tecnológico superior. Hoje até as nomenclaturas dos cursos profissionais são estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Objetivando "padronizar" as habilitações foram criados dois catálogos: um voltado para os cursos Técnicos e outro para os Superiores de Tecnologia.

O primeiro envolve cento e oitenta e cinco habilitações possíveis de serem realizadas pelas escolas de nível médio. Dentre elas vinte e uma voltadas para as forças armadas.

Já o segundo congrega mais de uma centena de cursos superiores de tecnologia.

O MEC chegou a iniciar estudos para criar também um catálogo dos cursos de graduação, mas ainda não consolidou essa idéia.

Todas as denominações designam formações de cursos técnicos de nível médio e de tecnologia superior nacionalmente válidas e amparadas por Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pelo Conselho Nacional de Educação. Essa "padronização" é cruel pois impede que cursos considerados diferentes sejam iniciados. Aliás até os permite mas com sérios riscos de inexistir reconhecimento dos mesmos pelos órgãos competentes dos diversos Sistemas de Educação.

No passado existiam os chamados "currículos mínimos"; posteriormente vieram os "parâmetros curriculares nacionais"; mais tarde as "diretrizes curriculares" e atualmente os cursos seguem as "orientações curriculares" editadas pelo CNE.

O colegiado superior não determina o modelo a ser seguido, mas encaminha sugestões. Não chega ao absurdo de fixar o que deve e o que não tem que se adotar, mas acaba induzindo a uma diretriz que as direções das casas de ensino preferem acompanhar as linhas gerais a estabelecer programas absolutamente novos.

Vale registro que algumas corporações (conselhos federais e regionais de profissões, Ordem dos Advogados do Brasil e Conselho Nacional de Saúde, etc) influenciam fortemente nas propostas

pedagógicas das instituições de ensino superior e, na prática, ditam os conteúdos a serem observados pelos estabelecimentos de ensino.

Essa realidade vivida no Brasil pode ter seus méritos, contudo retarda a mobilidade exigida no processo de formação profissional.

O que resultou dessa prática foi o já chamado "apagão de mão de obra", com carência de milhares de profissionais especializados para poder alavancar o desenvolvimento nacional.

O governo federal coloca em seus planos a criação de um programa emergencial, para possibilitar a formação de três milhões e meio de trabalhadores em quatro anos.

A medida, se não for acompanhada por outras ações, especialmente integradas com o setor privado, não será suficiente. É preciso que, além da geração de oportunidades, exista alocação de recursos financeiros, aporte de mecanismos tecnológicos, financiamento aos estudantes e às escolas e, em especial, capacitação de docentes.

Hoje há falta de professores, especialmente para as disciplinas profissionais de nível médio. A legislação educacional exige que os formadores devam ter curso superior específico, o que traz um descompasso entre as necessidades e a possibilidade normativa.

Será necessário alterar as exigências de requisitos, sem o que não teremos pessoas aptas a resgata a lacuna que há em todas as partes do Brasil. O papel do Conselho Nacional e dos Conselhos Estaduais de Educação será importantíssimo para, mesmo que seja transitoriamente, modificadas os critérios de aproveitamento de pessoas que, apesar de terem vivência, não são portadores de diplomas próprios para a atividade.

Os exemplos de outras nações apontam para soluções criativas e não podemos manter os modelos rígidos do passado num mundo moderno e cada vez mais globalizado.

** Presidente do Instituto de Pesquisas e Administração em Educação*

Educação em Foco

A revista Atualidades em Educação destaca, na presente edição, os principais fatos que marcaram o setor no Brasil e no mundo, nos meses de maio e junho de 2011.

Maio

O mês de maio de 2011 foi marcado, no Brasil, por um registro dos Deputados Federais, pedindo ao governo um diagnóstico sobre a educação brasileira. Os elementos serão necessários para elaboração do Plano Nacional de Educação, cujo projeto de lei tramita no Congresso Nacional.

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) mostrou que quase sete milhões de brasileiros estudam via internet. Os números mostram que 11% dos internautas já fizeram cursos on-line. Atualmente existem 63 milhões de usuários da rede mundial de computadores.

No campo da regulação e supervisão de cursos superiores o Ministério da Educação emitiu um grande número de atos aplicando penalidades em universidades, centros universitários e faculdades mantidas pela livre iniciativa. A justificativa, na maioria dos casos, foi o desempenho considerado insatisfatório no Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante. As medidas tem sido contestadas, considerando que o ENADE é apenas um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Algumas novas cenas de violência no ambiente escolar ocorreram ao longo do mês, especialmente em escolas de educação básica.

Foi notado um processo de intensificação de transferências de faculdades entre mantenedoras. As aquisições de controle acionário são permitidas no Brasil e o MEC não interfere nas negociações.

O Conselho Nacional de Educação aprovou as novas diretrizes curriculares para o ensino médio. Elas não eram revistas desde 1998.

A FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos aprovou um documento que sugere mudanças na estrutura do marco legal regulatório do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O texto apresenta mais de dez propostas de alteração legislativa, de forma a garantir maior integração e eficácia dos seus instrumentos de apoio financeiro a projetos inovadores.

O governo federal definiu o valor de apoio financeiro destinado à manutenção dos estabelecimentos públicos de educação infantil. Para tanto, editou medida provisória. Os valores giram em torno de mil e seiscentos reais por ano.

As fortes pressões de bancadas religiosas de parlamentares fizeram com que a Presidente da República determinasse a suspensão da distribuição de "kits" considerados polêmicos sobre a homofobia. O MEC havia aprovado o material que seria remetido para escolas públicas de todo o Brasil.

Dentre os eventos, o IV Congresso Brasileiro de Educação Superior Particular, realizado em Salvador, foi o mais expressivo, contando com a presença de centenas de instituições de vários Estados brasileiros.

Um encontro de professores tuiuteiros foi organizado pela Secretaria de Educação da cidade do Rio de Janeiro. Foi o primeiro desse tipo que se tem notícia em nosso país.

Foi positivo também o Seminário Brasileiro de Direito Educacional, ocorrido em sua décima quarta versão, no Rio de Janeiro, organizado pelo Instituto de Pesquisas e Administração da Educação no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil.

A Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais realizou, em Belém, seu Fórum, tendo como foco das discussões as relações institucionais das instituições de ensino superior com o governo federal.

Uma pesquisa sobre a população com diploma universitário, feita pela OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, deixou o Brasil em último lugar entre trinta e seis países.

No campo internacional destacaram-se os fatos abaixo narrados.

O Chile, mais uma vez, foi reconhecido como um dos países com melhores resultados no campo da educação. As razões do sucesso decorrem de diversos fatores, dentre os quais o sistema de pagamento de bônus aos professores mais eficazes.

As universidades portuguesas estão ganhando a preferência de estudantes brasileiros para desenvolvimento de cursos, especialmente os de pós-graduação. Atualmente os custos são mais baixos das mensalidades e gastos com moradia.

Uma universidade canadense anunciou o desenvolvimento de aplicativo que permite diagnosticar acidente vascular cerebral (AVC) a distância. O avanço irá auxiliar em muito a medicina.

Um estudo mostrou as instituições de ensino que os executivos americanos escolhem para cursar um MBA.

Os destaques foram para Harvard Business School, seguido pela Columbia Business School.

O mês foi considerado fraco com matérias de baixa relevância para a sociedade, tanto no Brasil, como no exterior.

Junho

O último mês do primeiro semestre de 2011 foi marcado por algumas novas notícias relevantes tanto no cenário nacional, como internacional.

O Brasil confirmou sua participação no Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul, programa firmado para estimular projetos que ajudem a fortalecer a integração regional. Além do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai - países membros do grupo - os associados Chile, Venezuela, Equador, Bolívia, Peru e Colômbia farão parte do FEM (Fundo Educacional do Mercosul).

O Chile voltou a viver manifestações de estudantes. O intuito é de adoção de programas que permitam a melhoria da qualidade da educação, além de incentivos que facilitem o financiamento dos estudos universitários.

Estudantes sul-coreanos fizeram protesto pelo alto preço das universidades do país. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a educação da Coreia do Sul é a segunda mais cara do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos da América.

Também houve protesto na Espanha, especialmente em Barcelona, contra corte de gastos na educação.

Já na Argentina o protesto foi dos professores que reivindicam melhores salários.

A Unesco realizou em Paris uma reunião com mais de 50 especialistas em educação, linguística, antropologia e comunicação com o objetivo de criar uma "ferramenta" que permita a avaliação de idiomas nos países membros da organização.

Foi realizado em Portugal o XXI Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa. O evento congregou as principais lideranças de universidades lusófonas.

Também relevância para o XII Encontro Internacional Virtual Educa, realizado no México. O tradicional encontro reúne educadores da América Latina, Caribe e Espanha.

A Associação Internacional dos Presidentes de Universidades realizou, em Nova York, a décima sexta edição de seu encontro. A entidade é uma das mais expressivas organizações que contratam os dirigentes máximos das instituições de ensino superior.

A Organização dos Países Ibero Americanos lançou um programa de metas educacionais que visam melhorar a qualidade da educação e do currículo escolar da comunidade ibero-americana.

No Brasil, um dos destaques foi o início de funcionamento de uma nova estrutura do Ministério da Educação, onde destaca-se a Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior, que será a responsável pelo acompanhamento das instituições públicas e privadas que atuam no terceiro grau.

Foram alteradas normas para a adesão ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, que atualmente também atende a alunos do ensino médio.

Um levantamento mostrou que 38% dos professores de ensino fundamental das escolas públicas não acreditam na capacidade de seus alunos.

Foi lançado no Congresso Nacional uma frente parlamentar de combate ao bullying, reunindo deputados federais e senadores.

O governo federal anunciou que pretende oferecer setenta e cinco mil bolsas de estudo para brasileiros no exterior. O programa terá uma ação de longo prazo, com metas a serem atingidas até 2014.

A Câmara Brasileira do Livro divulgou resultado de um estudo onde mostra que cresce o interesse de leitura entre crianças e jovens.

As inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio bateram recorde de procura, com mais de seis milhões de alunos matriculados.

Foi sancionada uma lei que prevê a redução de penas de presos que estudarem. A medida irá incentivar o estudo dos detentos em penitenciárias de todo o país.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi alterada pela vigésima sexta vez. A mudança agora foi voltada para beneficiar os povos indígenas.

Estudo internacional mostra atraso no Brasil no acesso de estudantes a computadores. A pesquisa foi feita pela OCDE. Os resultados evidenciaram que o país está dez anos atrás das nações desenvolvidas. No que se refere a número de computadores por aluno, ficamos na última posição numa lista de trinta e oito países.

Faleceu o ex-Ministro da Educação Paulo Renato de Souza.

Dentre os eventos brasileiros destaque para o Fórum Nacional do Ensino Superior Privado, que foi realizado em São Paulo. O tema central foi "A liderança na educação superior".

Outro destaque foi o seminário da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, levado a efeito no Rio de Janeiro.

Em síntese, o mês de junho foi marcado, especialmente, por inúmeros seminários internacionais e por protestos realizados por alunos e professores em defesa de melhor qualidade da educação e por mais recursos para o setor.

Normas para publicação na Atualidades em Educação

O Instituto de Pesquisas e Administração da Educação é uma organização social de iniciativa privada que tem como objetivo o desenvolvimento da qualidade da educação. Desde sua fundação, em 23 de fevereiro de 1973, a entidade atua em todo o território nacional, associado a milhares de unidades educacionais.

O Instituto também edita publicações técnicas e periódicas, sendo a maioria eletrônica, disponibilizada através da Internet.

Dentre seus periódicos há quatro que circulam bimestralmente como revistas científicas:

- Atualidades em Educação (ISSN nº 0103 – 071X)
- Revista do Direito Educacional (ISSN nº 0103 – 717X)
- Revista Brasileira de Educação a Distância (ISSN nº 0104 – 4141)
- Administração da Educação (ISSN nº 1518- 2371)

O Instituto tem seu registro no ISBN sob o número 85927 e seus periódicos são devidamente arquivados na Biblioteca Nacional.

Todas as revistas são abertas à contribuição de autores nacionais e estrangeiros e as normas para submissão de artigos são as seguintes:

- Os artigos devem focar temas atuais e serem preferencialmente inéditos, isto é, sem ter ocorrido publicações em outra revista;
- Deverão conter um mínimo de 6 e um máximo de 15 páginas;
- Os autores devem observar os aspectos de direitos autorais, não trazendo nos conteúdos transcrições de obras que tenham copyright ou que estejam acima dos limites permitidos pela legislação vigente. Quando ocorrer citações deverão conter na Bibliografia os dados dos autores, conforme critérios da ABNT;
- Os textos devem ser remetidos digitados, podendo haver o encaminhamento através do e-mail producaocientifica@ipae.com.br .
- Os autores deverão enviar, à parte, um currículo resumido;
- Ao submeterem os artigos os autores aceitam tacitamente as condições e normas do Instituto, estando ciente de que não haverá remuneração pelos mesmos;
- O Instituto apreciará no prazo máximo de quarenta e cinco dias os artigos e informará se foram aceitos ou não. Caso não sejam aceitos os autores ficam liberados para apresentação à outras entidades;
- Os autores, cujos trabalhos sejam aceitos, terão seus nomes incluídos entre os Colaboradores da Revista e a síntese de seus currículos será disponibilizada no site do Instituto. Poderão também vir a serem convidados para participar de foros eletrônicos e /ou presenciais realizados pela entidade;
- Os artigos deverão ser apresentados em português e /ou espanhol;
- Os artigos podem ser feitos por grupos de autores, não excedendo a três;
- O Instituto disponibilizará gratuitamente para seus colaboradores as edições das quatro revistas supracitadas, através da Internet;
- Ocorrendo a citação de siglas deve haver a especificação das mesmas no próprio texto ou final do trabalho;

- As citações em língua estrangeira e as que forem transcrições devem ser apresentadas entre aspas;
- O Instituto se reserva no direito de alterar as presentes normas sempre que necessário. As mesmas serão disponibilizadas no site www.ipae.com.br .

(normas vigentes desde 21 de janeiro de 2010)